



**SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES -  
SMCL-DGC**

Rua México, 341 - Bairro Nova Porto Velho - CEP 76820190 - Porto Velho - RO -  
<https://smcl.portovelho.ro.gov.br/>

Termo Nº 194 - SMCL-DGC

**TERMO DE REFERÊNCIA DEFINITIVO Nº 194/SMCL/DGC/2026- RETIFICADO**

<b>Processo Administrativo:</b> 00600-00023154/2024-87	
<b>Unidade Orçamentária:</b> Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA	
<b>Nome do requisitante:</b> Daniel Hugo Silva Oliveira	<b>Cargo:</b> Diretor Departamento de Almoxarifado e Patrimônio – DAP Gerente II – Divisão de Aquisições e Contratações
<b>Nome do requisitante:</b> Carla Dominique Brambilla Watanabe	
<b>Setor/Departamento:</b> Departamento de Almoxarifado e Patrimônio – DAP /Departamento Executivo de Administração – DA	<b>Data do Pedido:</b> 27/09/2025

**1. DESCRIÇÃO DO OBJETO**

1. O presente Termo de Referência tem como objeto a **Aquisição de equipamento permanente máquina unitizadora de medicamentos – máquina cortadora de blisters de comprimidos, unitizadora de ampolas, frascos e flaconetes em tamanhos diversos com possibilidade de ajustes**, visando atender as necessidades da **Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA					
ITE	CATM	DESCRIÇÃO	UNI	VALOR QUAL UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
		SISTEMA PARA UNITARIZAR E IDENTIFICAR MEDICAMENTOS (AMPOLAS, BLISTER INDIVIDUAIS, FRASCO AMPOLAS, KITS). COM PROCESSO DE EMBALAGEM, SELAGEM, ROTULAGEM AUTOMÁTICO E INDIVIDUAL PARA AMPOLAS, BLISTERS CORTADOS PARA COMPRIMIDOS, FRASCO AMPOLAS E MANUAL E SEMIAUTOMÁTICO PARA KITS.			

ESTRUTURA DO  
EQUIPAMENTO  
EM ALUMÍNIO  
E/OU AÇO  
INOXIDÁVEL,  
COM GABINETE  
DE CONTROLE  
ELÉTRICO COM  
CHAVE, COM  
QUATRO  
RODÍZIOS SENDO  
2 COM TRAVA E 2  
SEM TRAVA.  
TUBO DE  
DESCIDA EM AÇO  
INOXIDÁVEL.  
DUAS BANDEJAS,  
UMA PARA  
ALIMENTAÇÕES E  
OUTRA PARA  
RECEPÇÃO DE  
MEDICAMENTOS  
UNITARIZADOS.  
SISTEMA DE  
CORTE DAS  
EMBALAGENS:  
SISTEMA DE  
EMBALAGEM  
HERMÉTICO OU  
VEDADO E  
INVIOLÁVEL; COM  
DEFINIÇÃO DO  
TAMANHO DA  
EMBALAGEM NO  
PAINEL DA  
MÁQUINA.  
SISTEMA DE  
SEGURANÇA QUE  
EVITE QUEBRA  
DE PRODUTOS.  
CAPACIDADE DO  
SISTEMA:  
IDENTIFICAR  
MEDICAMENTOS  
COM IMPRESSÃO  
ATRAVÉS DE  
CÓDIGO DE  
BARRA OU  
DATAMATRIX  
(PRECONIZAÇÃO  
ANVISA); E/OU  
IDENTIFICAR  
DIFERENTES  
TIPOS DE  
MEDICAMENTOS  
COMO  
TERMOLÁBEIS,  
PSICOTRÓPICOS,  
FOTOS  
SENSÍVEIS,  
POTENCIALMENTE  
PERIGOSOS,  
ESPECIAIS, ETC;  
INCLUIR  
INSTRUÇÕES DE  
ADMINISTRAÇÃO,  
RECONSTITUIÇÃO  
E DILUIÇÃO:  
ENDOVENOSO,  
INTRAMUSCULAR,  
PARENTAL,

		DILUIÇÃO OBRIGATÓRIA, TEMPO MÍNIMA DE ADMINISTRAÇÃO, ATRAVÉS DE IMAGENS IMPRESSAS NAS EMBALAGENS; DAR SUPORTE À RASTREABILIDADE, SISTEMA OPERATIVO DA IMPRESSORA COM LICENÇA SEM CUSTO ADICIONAL, PELA VIDA ÚTIL DO EQUIPAMENTO.				
1	613205	SOFTWARE COM PROGRAMA PARA INTERFACE COM O SISTEMA DE GESTÃO, APTO PARA RECEBER ARQUIVOS PONTO E VÍRGULA E ARQUIVOS DE TEXTO; ARQUIVOS COM DESENHOS DAS PRINCIPAIS FORMAS DE ADMINISTRAÇÃO E TEXTOS COMPLEMENTARES. ALIMENTADORES DO TIPO: DISCOS, PARA ATENDER NO MÍNIMO DOIS TAMANHOS DE BLISTERS E AMPOLAS A PARTIR DE 0,5 OU ESTEIRA QUE ATENDA MINIMAMENTE O MESMO QUANTITATIVO DE MEDICAMENTOS; ALIMENTADOR DE AMPOLAS E FRASCO AMPOLAS COM AUTONOMIA DE ABASTECIMENTO MÍNIMO DE 100 AMPOLAS E FRASCO AMPOLAS. INSUMOS PARA NO MÍNIMO 100 MIL UNITARIZAÇÃO. AS EMBALAGENS DEVERÃO RECEBER IMPRESSÃO DE ALTA QUALIDADE, E CAPAZES DE	UND	2	R\$ 266.999,69	R\$ 533.999,38

		<p>RECEBER INFORMAÇÕES IMPRESSAS E DE ALTA DURABILIDADE, RESISTENTES À MANIPULAÇÃO PELO SUOR DOS DEDOS, CONTATO COM ÁGUA E/OU TEMPO DE ESTOCAGEM. MÁQUINA PARA CORTAR BLISTERS CONFECCIONADOS EM PVC OU PET MAIS ALUMÍNIO EM TAMANHOS DIVERSOS COM AJUSTE REALIZADO POR SOFTWARE PRÓPRIO DO EQUIPAMENTO E COM INTEGRAÇÃO AO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA FARMÁCIA, COM CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DE NO MÍNIMO 1000 CORTES POR HORA. A MÁQUINA DEVERÁ REALIZAR CORTES DE MEDICAMENTOS EM BLISTERS NA HORIZONTAL, VERTICAL E EM ÂNGULOS DE 45 GRAUS COM DISTÂNCIA A PARTIR DE 2,5MM ENTRE OS COMPRIMIDOS. DISPOSITIVO AUTOMÁTICO DE SEGURANÇA QUE INTERROMPA A OPERAÇÃO DO EQUIPAMENTO EM CASO DE MAU FUNCIONAMENTO E ABERTURA DA PORTA DA ÁREA DE TRABALHO COM BOTÃO DE EMERGÊNCIA PARA ACIONAMENTO MANUAL PELO OPERADOR.</p>				
<p><b>VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 533.999,38</b> (QUINHENTOS E TRINTA E TRÊS MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS).</p>						

**1.2.** Em caso de divergência entre as especificações do objeto constante nos ANEXOS I deste Termo de Referência e o respectivo código do Catálogo de Materiais (CATMAT) ou do Catálogo de Serviço (CATSERV) do sistema SIASG/COMPASNET, prevalece as especificações do Termo de Referência.

**1.3. DA NATUREZA DO OBJETO:** Os bens objeto desta aquisição são caracterizados como BEM COMUM, por possuir padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, em conformidade com o inciso XIII, do art. 6º da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

**1.4.** A forma de contratação pretendida será através de LICITAÇÃO modalidade PREGÃO na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, nos termos da Lei Complementar nº 1.000/2025, regulamentada pelo Decreto nº 21.133, de 03 de julho de 2025, Lei nº 14.133 de 1 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 18.892 de 30 de março de 2023, publicada no DOM nº 3444, que regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos no Município de Porto Velho e dá outras providências, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, e demais normas regulamentares estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

**1.5.** Esta licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar o MENOR PREÇO para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos listados no Art. 5º da Lei 14.133/21. Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A presente contratação apresentou a devida justificativa, extraída dos autos do **processo administrativo n.005.003943/2025-19**, visa a aquisição pretendida nos autos, em atendimento ao que preceitua a legislação aplicável, em especial o contido na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**2.1.1.** Importante consignar que a justificativa da necessidade e quantidade estimada no processo, em razão de consumo, foram elaboradas pela **Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**, a qual detém conhecimento e informações pertinentes para a correta instrução processual na fase de **PLANEJAMENTO**. Neste sentido, foi juntado a Minuta do Termo de Referência e-doc. id 0130674- Processo legado., devidamente aprovada pelo Ordenador de Despesas.

**2.1.2.** Assim, seguindo a regular tramitação dos autos, na forma disciplinada da Lei de licitações nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 18.892, de 30 de março de 2023 e Decreto Municipal nº 20.964, de 07 de maio de 2025 é que formalizamos o presente Termo de Referência Definitivo, com os elementos técnicos apresentados nos autos e nos limites da competência desta Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações – SMCL.

### **2.2. Justificativa da SEMUSA**

**2.2.1. A presente contratação encontra-se fundamentada no ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR RETIFICADO (ETP) N°. 96/2025 – NUMAC/DIGEAS/SEMUSA id 0130674- Processo legado.**

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**3.1.** A PRETENSE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PERMANENTE MÁQUINA UNITIZADORA DE MEDICAMENTOS – máquina cortadora de blisters de comprimidos, unitizadora de ampolas, frascos e flaconetes em tamanhos diversos com possibilidade de ajustes, será por meio de AQUISIÇÃO POR MEIO DE LICITAÇÃO DE COMPRA, POR MEIO DE PREGÃO ELETRÔNICO com o objetivo de selecionar o MENOR PREÇO, instrumentalizado por meio de compra com entrega imediata de no prazo máximo até 30 (trinta) dias corridos por meio de Nota de Empenho. Os materiais são itens que atendem à continuidade operacional das atividades a garantir, mediante políticas sociais e econômicas, que visa à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e

serviços para sua promoção, proteção e recuperação. A pesquisa dos preços foi pautada nos princípios da eficiência e economicidade, entre outros.

**3.2.** Devidamente justificado no Estudo Técnico Preliminar id 0130674- Processo legado.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **4.1. Critérios de Sustentabilidade**

**4.1.1.** Tendo em conta inexistência de critérios específicos de sustentabilidade para o presente objeto a Contratada, na execução do fornecimento, deverá atender, sempre que possível e cabível, os seguintes critérios, em conformidade com o art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, a saber:

**4.1.2.** Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

**4.1.3.** Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtores sustentáveis ou de menor impacto ambiental relação aos seus similares;

**4.1.4.** Que os bem deva ser preferencialmente, acondicionado em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

**4.1.5.** Que o bem não contenha substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs)

**4.1.6.** Assim, objetiva-se atender a legislação vigente, visando a isonomia entre os participantes do certame e a não restrição da competitividade, e, por consequência, adquirir equipamentos de qualidade e com segurança para os seus usuários.

##### **4.2. Certificação do INMETRO**

**4.2.1.** Só será admitida a oferta de equipamentos, inclusive suas partes e acessórios, com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos, e equipamentos com finalidade de embelezamento e estética que, nos termos da Portaria INMETRO nº 384, de 18 de dezembro de 2020, cumpram os Requisitos de Avaliação da conformidade e as Especificações para o Selo da Identificação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária – Consolidado, fixado, respectivamente, no Anexos I, disponíveis em <http://www.inmetro.gov.br/legislação>, quando aplicável. (Encontram-se excluídos do escopo de abrangência desses Requisitos os equipamentos que não se enquadram na RDC Anvisa nº 549, de 31 de agosto de 2021 ou substitutiva. Para os equipamentos que se enquadram, o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO será compulsório e deverá vir afixado no equipamento).

**4.2.2.** A unitarização deverá ter comprovação do cumprimento das normas reguladoras do Ministério do Trabalho e Emprego (NR12 e NR10), bem como das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR) e dos Padrões de Proteção de Trabalho em Máquinas (INPAME), é obrigatória.

**4.2.2.1.** Essa comprovação deve ser respaldada por um relatório técnico emitido por uma empresa independente da fabricante, e o mesmo deve ser acompanhado de uma Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) devidamente assinada por um engenheiro de segurança do trabalho.

**4.2.3.** Sistema de unitarização deverá ter comprovação de atendimento a compatibilidade eletromagnética, a empresa licitante deverá apresentar “Ensaio de Compatibilidade Eletromagnética” emitido por laboratório creditado pelo INMETRO para ABNT NBR ISO/IEC 17025, informando fabricante, marca e modelo do equipamento ofertado.

##### **4.3. Subcontratação**

**4.3.1.** É vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência total ou parcial do objeto deste termo.

#### **4.4. Alteração Subjetiva**

**4.4.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do produto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**4.4.2.** O produto ofertado deverá atender aos dispositivos da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

#### **4.5. Da Garantia**

**4.5.1.** Fica terminantemente vedado ao licitante contratado entregar materiais e equipamentos que sejam usados, reservando-se ao Município de Porto Velho/ RO o direito de recusar qualquer item que apresente tais características;

**4.5.2.** O equipamento será fornecido pela empresa vencedora, de primeiro uso, devendo mantê-lo sempre com qualidade e dentro de sua validade até seu recebimento definitivo, respeitando-se complementarmente o período da validade ofertada;

**4.5.3.** O não atendimento dos prazos fixados poderá implicar a aplicação das sanções definidas na Lei. O não atendimento do prazo fixado implicará pena de rescisão do termo que instrumentaliza a contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas e outras previstas no Edital de Licitação e na Legislação pertinente e em vigor, salvo justificativa fundamentada do fornecedor, com a devida aceitação do ordenador de despesa da unidade orçamentária responsável pela contratação;

**4.5.4.** A garantia do fornecedor será de forma integral, contra qualquer defeito de fabricação que venham a apresentar, incluindo avarias durante o transporte até o local do recebimento e/ou problemas técnicos;

**4.5.5.** A garantia deverá ser aplicada de acordo com a descrição de cada item, ou seja, garantia de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses ou maior, conforme ESPECIFICIDADE de cada ITEM, contados da data da entrega técnica definitiva do bem, conforme as especificações neste Estudo Técnico Preliminar.

**4.5.6.** Devolver os produtos caso não estejam dentro das especificações constantes neste instrumento, ficando a contratada sujeita às sanções cabíveis.

**4.5.7.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

**4.5.8.** Deverá apresentar, como forma de comprovação da garantia mencionada no subitem anterior, CERTIFICADO DE GARANTIA DO FABRICANTE, ou documento similar no ato da entrega.

**4.5.9.** No caso de os bens apresentarem defeitos e, conseqüentemente ser substituída, a garantia será contada a partir da nova data de entrega.

**4.6.** Poderá a administração, solicitar apresentação de catálogo técnico, folheto do fabricante ou declaração técnica do fabricante, contendo as especificações detalhadas dos **materiais/equipamento/produto**, que comprovem sua compatibilidade com os requisitos mínimos descritos neste Termo de Referência para melhor julgar a proposta de preços.

#### **5. EXECUÇÃO DO OBJETO**

##### **5.1. Da forma do local de entrega, do prazo e recebimento do objeto**

**5.1.1.** O prazo para entrega do equipamento de até 30 (trinta) dias, contados após a entrega da nota de empenho. Os eventuais atrasos deverão ser comunicados e justificados por escrito para avaliação, podendo a empresa ser penalizada.

**5.1.2.** Os materiais solicitados deverão ser entregues no almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, situado na Rua Monteiro Lobato, nº 5550, Bairro Jardim Eldorado, telefone: (69) 3901-2948 / 3901-2822, CEP 76.811- 794 – Porto Velho – RO; Horário comercial.

##### **5.2. Condições de recebimento**

**5.2.1.** O recebimento e aceitação do equipamento serão observadas as especificações contidas neste termo de referência e no edital e as disposições contidas nos Artigo 140, da Lei nº 14.133/2021 e Lei nº 10.520/02 e suas alterações;

**5.2.2.** Expedida a Autorização de Fornecimento e/ou Executado o contrato, o recebimento de seu objeto ficará condicionado à observância das normas contidas no artigo 140, inciso II, alíneas “a” e “b” e § 2º, Lei 14.133/21, e alterações, sendo que a conferência e o recebimento ficarão sob a responsabilidade de Servidor e /ou Comissão de Recebimento, podendo ser:

**a) Provisoriamente, em até 05 (cinco) dias** depois de efetuada a entrega, para posterior verificação da conformidade dos materiais com as especificações, no local de entrega, um servidor designado fará o recebimento dos materiais limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na Nota fiscal, fazendo constar no canhoto e no verso da Nota a data da entrega dos materiais. O recebimento suprarreferido dar-se-á através de recibo apostado na nota fiscal quando da sua entrega;

**b) Definitivamente** será feito após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor que procederá ao recebimento, realizando todos os testes, verificando as especificações e as qualificações do material entregue, de conformidade com o exigido.

**5.2.3.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do fornecimento do objeto, nem ético-profissional, para perfeita execução do objeto, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo instrumento equivalente.

**5.2.4.** O Fornecedor é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

**5.2.5.** Por ocasião da entrega, caso seja detectado que o (s) material(is) solicitado não atende às especificações previamente definidas neste termo de Termo de Referência, poderá a Administração rejeitá-lo, integralmente ou em parte, obrigando-se a contratada providenciar a substituição do material não aceito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos.

**5.2.6.** Só será reconhecida a entrega como realizada se os quantitativos dos itens da nota fiscal forem aceitos, se algum material constante na mesma for recusado, a nota ficará esperando regularização e a data de entrega será a data do “fechamento do empenho” com a entrega de todos os itens conforme solicitado.

## **6. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

**6.1.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**6.2.** A execução do contrato ou entrega dos materiais deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato ou comissão de recebimento, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **6.3. Da Fiscalização.**

**6.3.1.** A empresa contratada ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA;

**6.3.2.** A execução das obrigações contratuais deste instrumento será fiscalizada por servidor (es) ou comissão, doravante denominado (s) FISCAL (IS), designado formalmente, com autoridade para exercer, como representante desta Secretaria, toda e qualquer ação de orientação geral, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste instrumento, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, conforme prevê os artigos. 117 e 140 da Lei nº 14.133/21;



**6.3.3.** A existência da fiscalização da Secretaria não diminui ou altera a responsabilidade da empresa contratada

**6.3.4.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

**6.3.5.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

**7.1.** O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal acompanhada das devidas requisições que deram origem ao fornecimento pela contratada, devidamente atestadas pela Administração, conforme disposto no art. 141 da Lei nº 14.133 **de 2021;**

**7.2.** O prazo para pagamento da Nota Fiscal, devidamente atestada pela CONTRATANTE, será de 30 (trinta) dias, contados da data de sua apresentação.

**7.3.** Não será efetuado qualquer pagamento de parcela controvertida à (s) empresa (s) Contratada (s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**7.4.** Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP valor da parcela paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,000328767, assim apurado:

$$I = (TX) \frac{I = (1/100) I = 0,000328767 \ 365 \ 365}{365 \ 365}$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

**7.5.** Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo

**7.6.** Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, a ADMINISTRAÇÃO, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-las, com a glosa da parte que considerar indevida.

**7.7.** Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

**7.8.** A administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

**7.9.** Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

**7.10.** A ADMINISTRAÇÃO efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA.

**7.11.** É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura, a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e Certidão

Negativa da Receita Estadual, Certidão Negativa Municipal e Certidão Negativa Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT podendo ser verificadas nos sítios eletrônicos.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**8.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com fundamento na Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da PROPOSTA MAIS VANTAJOSA.

**8.1.1.** O Critério de Julgamento da Proposta de Preços. O julgamento da proposta de preços dar-se-á pelo critério de [MENOR PREÇO POR ITEM] conforme inciso I, art. 33 da lei nº 14.133/2021, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no edital.

**8.1.2.** O fornecimento do objeto será integral.

### **8.2. Da Habilitação**

**8.2.1. As Exigências de Habilitação:** Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos nos artigos 62 a 69 da Lei n. 14.133/2021, as quais estão estabelecidas no termo de referência e edital de licitação.

### **8.3. Qualificação Técnica**

**8.3.1.** Apresentação de atestados de capacidade técnica, exclusivamente em nome do licitante, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento de materiais permanentes compatíveis com o objeto deste instrumento.

**8.3.2.** Os atestados emitidos por pessoa jurídica de direito privado deverão, obrigatoriamente, estar em papel timbrado com identificação e endereço da emitente, o nome completo do signatário, estando as informações ali contidas sujeitas a verificação de sua veracidade por parte da Administração.

### **8.4. Da aplicação da Lei Federal 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES**

**8.4.1. Quanto à aplicação dos benefícios da Lei Federal n. 123/2006, para fins de participação na Licitação, nos casos em que couber,** tratando-se de aquisição, os quantitativos do objeto deste termo estão classificados da seguinte forma:

**a) ITEM/LOTE COM VALORES ACIMA DE R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão para PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA, e não se aplicará a regra COTA RESERVADA para este objeto, por não ser vantajoso para a administração, conforme o artigo 49 da Lei 123/2006 e suas alterações.**

*Art. 49. Não se aplica o disposto nos [arts. 47 e 48 desta Lei Complementar](#) quando: [\(Vide Lei nº 14.133, de 2021\)](#)*

*[...]*

*III – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.*

## **9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**9.1.** A estimativa prévia de valor da contratação foi realizada em conformidade com o inciso III, art. 23, da Lei 14.133/2021, in verbis:

“Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. III – utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

**9.2. Em conformidade com a Pesquisa de Preços, atestada pela Divisão de Pesquisa Mercadológica – DIPM/SML: O valor estimado da contratação é de: R\$ 533.999,38 (QUINHENTOS E TRINTA E TRÊS MIL NOVECENTOS E**

**NOVENTA E NOVE REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS), realizada em 01 de abril de 2026.** Conforme apurado pelo Departamento De Pesquisa Mercadológica (DPM) id 0770680 .

## **10. OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **10.1. Obrigações da Contratada**

**10.1.1.** Cumprir fielmente as obrigações assumidas no Edital de Licitação, no Contrato e na Proposta, de forma que os serviços sejam realizados com esmero e perfeição.

**10.1.2.** Os equipamentos disponibilizados a CONTRATANTE deverão ser novos e de primeiro uso, ser mantidos em perfeito estado de funcionamento, devendo a CONTRATADA proceder às manutenções preventivas e corretivas durante o período da garantia, sem ônus para a CONTRATANTE, observando as recomendações técnicas do fabricante, sem que isso ocasione qualquer prejuízo à execução dos serviços.

**10.1.3.** Assegurar a manutenção, suporte técnico e operacional necessários ao pleno e perfeito funcionamento dos equipamentos, efetuando os ajustes, reparos ou a substituição parcial ou total dos equipamentos, peças e partes sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.

**10.1.4.** Disponibilizar para download, todas as atualizações corretivas, evolutivas, de segurança e “releases” referentes ao driver do equipamento e driver de reconhecimento de caracteres, sem quaisquer ônus adicionais para o Contratante.

**10.1.5.** A CONTRATADA deverá comprovar, sempre que requerido pela Administração, por meio de cópias de notas fiscais, a procedência das peças, partes de peças e componentes, bem como de outros equipamentos necessários à prestação dos serviços.

**10.1.6.** Disponibilizar para a CONTRATANTE acesso à sua central de atendimento (callcenter), onde serão registrados os pedidos de assistência técnica.

**10.1.7.** Providenciar, caso seja necessária a retirada dos equipamentos para fins de manutenção corretiva durante a garantia, a imediata instalação de outro com as mesmas especificações ou superior, o qual somente poderá ser retirado quando da reinstalação dos equipamentos anteriores devidamente mantidos.

**10.1.8.** Manter sigilo de todos os dados ou informações da CONTRATANTE ou de suas representações obtidas em função da prestação do serviço contratado.

**10.1.9.** Recolher, no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multas que, eventualmente, lhe sejam aplicadas, por meio de procedimentos administrativos, decorrentes de descumprimento das obrigações contratuais.

**10.1.10.** A CONTRATADA deverá cumprir a cota, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

**10.1.11.** A CONTRATADA deverá cumprir a cota, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos, que dentre os (as) aprendizes a serem contratados (as) deverá ser priorizado (a) adolescente entre 14 e 18 anos que estejam em situação de vulnerabilidade ou de risco social, nos termos do art. 53, caput, incisos I a III, §§ 1º e 2º, do Decreto Presidencial n. 9.579/2018, com redação conferida pelo Decreto nº. 11.479/2023;

**10.1.12.** A CONTRATADA deverá orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

**10.1.13.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na aquisição dos materiais, objeto deste certame, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, observado o que dispõe o art. 125 da Lei 14.133/21.

### **10.2. Obrigações da Contratante**

**10.2.1.** Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados. Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregue fora das especificações deste instrumento e cumprir com as disposições editalícias.

**10.2.2.** Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para o fiel cumprimento de suas obrigações (ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS) e prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela mesma.

**10.2.3.** Acompanhar, atestar e efetuar o recebimento dos equipamentos correspondentes ao produto deste instrumento, por servidor ou Comissão de Recebimento dos equipamentos, devidamente legalizado, conforme prevê o art. 140, da Lei n.º 14.133/21, bem como rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos que a empresa entregar fora das especificações do Termo de Referência e seu (s) Anexo(s), não eximindo a CONTRATADA de sua total responsabilidade quanto ao cumprimento de suas obrigações.

**10.2.4.** Comunicar imediatamente à empresa CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a aquisição dos equipamentos.

**10.2.5.** Efetuar o pagamento da empresa CONTRATADA em conformidade ao estabelecido neste Termo de Referência, mediante conferência dos documentos: Nota Fiscal/Fatura, e devidamente atestados por servidor ou comissão encarregado do recebimento e observado o cumprimento integral das disposições contidas neste instrumento.

## **11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVA**

**11.1.** À contratada que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, aplicar-se-ão, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie (prescrita pelas Lei nº 14.133/2021, e previstas no Edital e/ou contrato), as seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Multa, nos seguintes percentuais:

a) No atraso injustificado da entrega do produto contratado, ou por ocorrência de descumprimento contratual, 0,5% (cinco centésimos por cento) por dia sobre o valor da parcela inadimplida, limitado a 30% (trinta por cento);

b) Nas hipóteses em que o atraso injustificado no adimplemento das obrigações seja medido em horas, aplicar-se-á mora de 0,5% (cinco centésimos por cento) por hora sobre o valor total do empenho, limitado a 30% (trinta por cento);

c) No caso de atraso injustificado para substituição do produto, 0,5% (cinco centésimos por cento) ao dia sobre o valor do produto, incidência limitada a 10 (dez) dias;

d) Na hipótese de atraso injustificado para substituição do produto, superior a 10 (dez) dias, 8% (oito por cento) sobre o valor do produto;

e) Em caso de reincidência no atraso de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” quando da ocorrência do 3º (terceiro) atraso, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no inciso III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações;

f) Caso a multa a ser aplicada ultrapasse os limites fixados nas alíneas “a” e “b”, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no Inciso III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações;

III – Inadimplemento absoluto das obrigações sujeitas a contratado à aplicação das seguintes multas:

a) Pelo descumprimento total, será aplicada multa de 10% sobre o valor contratado;

b) Pelo descumprimento parcial, será aplicada multa de 5% sobre o valor do contrato, levando em consideração para fixação do valor final, a relevância da parcela inadimplida;

c) Na hipótese de a empresa recusar-se a formalizar o contrato no prazo informado,

durante a vigência da proposta, caracteriza-se a inexecução total da obrigação assumida.

IV – Impedimento de licitar e contratar; Art. 156, inciso III da Lei nº 14.133/2021.

V – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, com fulcro no Art. 156, da Lei nº 14.133/2021, quando a CONTRATADA deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé.

**11.2.** A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual.

**11.3.** A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade para exercício da ampla defesa e do contraditório, por parte do contratado, na forma da lei

**11.4.** Reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

**11.5.** Os prazos para adimplemento das obrigações consignadas no presente termo admitem prorrogação nos casos e condições especificados no art. 92 da Lei nº 14.133/2021, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que enseja-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

**11.6.** As multas, aplicadas após o regular processo administrativo, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos ao Contratado.

**11.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF pela Contratante.**

**11.9.** No mais, em casos de inadimplemento, aplicam-se as sanções, as formas, os prazos e demais prerrogativas previstas nos arts. 95 à 130 do Decreto Municipal Lei 18.892/2023. (SANÇÕES ADMINISTRATIVAS).

## **12. DA INSTRUMENTALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**12.1.** O fornecimento, em razão de **tratar-se de entrega imediata** e, considerando o disposto no art. 95, da Lei nº. 14.133/2021, será instrumentalizado por **meio de Nota de Empenho**, que terá força obrigacional e vincula a licitante à sua proposta, a este Termo de Referência e ao Edital de Licitação, sem prejuízo às demais obrigações decorrentes da Lei e normas.

**12.2.** A contratação resultante do objeto deste instrumento, reger-se-á ainda pelas normas fixadas pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei no 8.078, de 11.09.90.

### **12.2. DO REAJUSTE**

**12.2.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado da Administração id 0770680 data-base **PORTO VELHO (RO), 01 DE ABRIL DE 2026.**

**12.2.2.** Após o interregno de um ano, e mediante requerimento da CONTRATADA devidamente assinado pelo seu responsável, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**12.2.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**12.2.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**12.2.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**12.2.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser

extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**12.2.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**12.2.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

### **13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**13.1.** Há disponibilidade orçamentária alinhada ao Planejamento Orçamentário Anual e Planejamento Anual de Contratações.

**13.2.** As despesas com o objeto desta aquisição serão custeadas com recursos oriundos da seguinte Dotação Orçamentária, Programa de Trabalho e Elemento de Despesas, também explicitados e constantes da respectiva Nota de Empenho: conforme disponibilizado no ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 96/2025/NUMAC/DIGEAS/DA/SEMUSA e-id 0130674- Processo legado.

**Projeto Atividade:** 0831.1030203293.669 – Manutenção das Unidades de Saúde de Média Complexidade; **Fonte de Recurso:** 1601000000000000 – TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - Bloco de Estruturação na Rede de Serviços Públicos de Saúde (saldo R\$ 437.080,00); Natureza da Despesa: 44.90.52 – Equipamento e Material Permanente Projeto Atividade: 0831.1030303162.661 - Manutenção da assistência farmacêutica; **Fonte de Recurso:** 2500000000000000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS (saldo Suplementado R\$ 231.000,00); **Natureza da Despesa: 44.90.52 – Equipamento e Material Permanente.**

### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1.** Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Termo de Referência, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

**14.2.** As normas disciplinadoras deste Termo de Referência serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**14.3.** Em caso de divergência entre disposições deste Termo de Referência e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Termo de Referência.

**14.5.** Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I** – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR é parte integrante do Termo de Referência (documento que faz parte da fase de planejamento de contratações públicas, com intuito de demonstrar a necessidade da contratação e instruir a elaboração do Termo de Referência definitivo).

abril de 2026

Porto Velho RO, 14 de

#### **Responsável pela elaboração:**

**Carla Dominique Brambilla Watanabe**  
Gerente II - Divisão de Aquisições e Contratações

#### **Analisado por:**

**Geison Felipe Costa da Silva**  
Diretor Executivo de Administração

**Ricardo Guedes Brandao**  
Coordenador de Gestão Administrativa e Financeira

**Aprovação:**

**Daniel Hugo Silva Oliveira**

Diretor DAP

**Francisca Rodrigues Nery**

Diretora DMAC

**Maíra Oliveira Nery**

Diretora DAF

**AUTORIZAÇÃO DA DESPESA conforme a Lei N. 14.133/2021**

**Sandra Maria Petillo Cardoso**

Secretária Municipal de Saúde – SEMUSA

**ANEXO I - DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP) (id 0130674)-Processo Legado**

O Estudo Técnico Preliminar é considerado parte integrante do Termo de Referência, informamos que os mesmos DEVERÃO ser adquiridos junto ao **EDITAL DE LICITAÇÃO**, disponibilizados no Portal da Prefeitura de Porto Velho [www.portovelho.ro.gov.br](http://www.portovelho.ro.gov.br) e Portal de Compras Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.



Documento assinado eletronicamente por **Naiara Ferreira Lima, Assessor(a)**, em 15/04/2026, às 08:49, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Maira Oliveira Nery, Diretor(a)**, em 15/04/2026, às 10:25, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Hugo Silva Oliveira, Diretor(a)**, em 15/04/2026, às 11:18, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Geison Felipe Costa da Silva, Diretor(a)**, em 15/04/2026, às 13:31, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Fátima de Oliveira Costa Sousa, Assistente**, em 15/04/2026, às 14:35, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Rodrigues Nery, Diretor(a)**, em 15/04/2026, às 15:54, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Guedes Brandão, Coordenador(a)**, em 15/04/2026, às 16:17, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Dominique Brambilla Watanabe, Gerente**, em 16/04/2026, às 13:21, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **0785635** e o código CRC **9461FC00**.

